

# “Não haverá mudanças na política salarial”

por Cláudia Safatle  
de Brasília

“Não há nada disso. Ele continua mais firme do que uma rocha e não é homem de abandonar o barco.” Com essa afirmação, o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, desmentiu que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, estivesse demissionário. Também ontem, durante encontro com dois líderes sindicalistas, Luiz Antônio Medeiros (Metalúrgicos de São Paulo) e Rogério Magri (Eletricitários de São Paulo), no Palácio do Planalto, Costa Couto garantiu que “não haverá congelamentos, principalmente dos salários, nem haverá mudança na política salarial”, conforme relato dos sindicalistas à editora Elaine Lerner, deste jornal.

A especulação em torno de um choque heterodoxo, com congelamento de preços e salários, e as dificuldades que está enfrentando com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que considerou o congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP) por dois meses para o funcionalismo público como uma medida inconstitucional, deixaram o ministro da Fazenda abatido e a equipe econômica do governo assustada. Afinal, indagaram diversos assessores consultados, a quem interessaria desestabilizar o ministro da Fazenda?

Todos admitem que, um dia, o governo vai ter de lançar mão de um choque heterodoxo para desinchar a economia e, assim, fazer baixar de patamar a inflação que hoje ronda a casa dos 19 a 20%. Isso é uma coisa. A outra se refere ao “timing” que eventuais congelamentos de preços e salários deveriam

ser aplicados. Se a inflação começa a sair do patamar de 19% para um crescente e descontrolado processo, as receitas técnicas divergem. Alguns acham que só um choque resolveria, e outros, os assessores mais próximos do ministro da Fazenda, recomendam um choque sim, “mas fiscal e não heterodoxo”.

Estudar como Israel conseguiu conter o déficit fiscal, através de um rígido acompanhamento das metas orçamentárias, seria a função da equipe de técnicos da Secretaria de Planejamento (Seplan) e do Ministério da Fazenda que embarca neste final de semana para Israel. E claro, segundo argumentam fontes consultadas no Ministério da Fazenda e Planejamento, que os técnicos não estão proibidos de ver como Israel reduziu a inflação com providências heterodoxas, mas este não seria o objetivo principal da viagem.

Antes de se preparar para enfrentar uma eventual situação de exacerbação inflacionária em meados do segundo semestre, lembram as fontes, o ministro da Fazenda tem tarefa mais urgente, que é segurar o déficit público.

“As contas do Tesouro Nacional nunca estiveram tão descontroladas, com tantas pressões gastadoras, como estão neste momento”, lamentou um importante assessor de Nóbrega, referindo-se à falta de resistência do governo às pressões de gastos, com a provável concessão de uma anistia aos micros e aos pequenos empresários e agricultores, à investida do governo do Estado de São Paulo contra o bloqueio de contas junto a instituições financeiras, ou ainda à decisão do TST contra o congelamento da URP.